

UMA NOVA POBREZA NO BRASIL?

Considerações sobre o empobrecimento populacional no país pós-pandêmico

Karoline Claudino Guimarães¹

RESUMO

Neste trabalho pretende-se apresentar o cenário de exponencial empobrecimento da classe trabalhadora diante da pandemia de COVID-19. Reforçando, porém, que o grande contingente de novos pobres no país, conforme divulgado pelo Mapa da Nova Pobreza, não significa, de nenhuma maneira, o surgimento de uma suposta nova pobreza. Mas que aponta para a reiterada produção de riqueza e miséria, revelada por Marx, no sistema capitalista, cujo desenvolvimento origina um complexo conjunto de mazelas sociais, a questão social. A qual, na atualidade, evidencia sua agudização.

Palavras-chave: Pobreza; Questão Social. Capitalismo.

ABSTRACT

This work intends to present the scenario of exponential impoverishment of the working class in the face of the COVID-19 pandemic. Reinforcing, however, that the large contingent of new poor people in the country, as disclosed by the New Poverty Map, does not mean, in any way, the emergence of a supposed new poverty. But that points to the repeated production of wealth and misery, revealed by Marx, in the capitalist system, whose development originates a complex set of social ills, the social question. Which, nowadays, shows its aggravation.

Keywords: Poverty. Social Issues. Capitalism.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado objetiva dissertar sobre a pobreza na atualidade, não como um fenômeno natural e inevitável, ou subjetivo e advindo de carências individuais ou regionais. Mas como um processo articulado com a acumulação capitalista de riqueza, dentro da dinâmica de exploração do trabalho coletivo e apropriação privada do valor produzido pelas classes subalternizadas (SIQUEIRA, 2011). De modo que, a partir da perspectiva crítica da análise marxista, busca-se

¹ Doutoranda em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ);
karolinesclaudino@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO

fugir de equívocos na abordagem da temática, especialmente diante do exponencial crescimento dos índices de pobreza no contexto pós-pandêmico brasileiro.

Considera-se de suma importância retomar o debate, visto que se trata de uma categoria de grande relevância para o Serviço Social e uma das manifestações mais evidentes da questão social na cena atual brasileira. Sobretudo, após o recorde da série histórica iniciada em 2012, com o aumento de quase 10 milhões de novos pobres no país, ao longo da pandemia (NERI, 2022a). Inobstante, outro trágico dado demonstra que o Brasil também foi recordista da série histórica iniciada em 2006 sobre insegurança alimentar, com 36% dos brasileiros, em 2021, estando incapazes de prover alimentação para si ou sua família (NERI, 2022b).

Para isso, buscar-se-á o aporte teórico de autores de relevo sobre a temática, compreendendo a pobreza na dinâmica capitalista enquanto produção reiterada e diretamente ligada à riqueza, ou à reprodução ampliada do capital (SIQUEIRA, 2011) e tratada, especialmente, pelos organismos multilaterais, estrategicamente, com programas paliativos e focalizados de alívio à pobreza (PASTORINI, 2007). Ademais, considera-se os dados nacionais divulgados pelo Mapa da Nova Pobreza, apresentado pela FGV Social no segundo semestre de 2022, que compara o cenário da pobreza no Brasil entre 2019 e 2021, portanto, o ano anterior ao decreto da pandemia e o biênio pandêmico subsequente.

Desde já, refere-se que o texto não possui a pretensão de esgotar o debate, mas de trazer elementos que contribuam para recolocar a centralidade do sistema capitalista nas reflexões sobre a temática. Especialmente, porque a racionalidade neoliberal, que opera em um contexto de ultra-acirramento da sua agenda, têm encontrado espaços profícuos para a disseminação cada vez mais ampla de ideias que subjetivam as causas da pobreza. E que buscam, em larga medida, colocar os sujeitos em um lugar individual e medíocre de impossibilidade própria de alcançar o *status quo* estabelecido. A predominância desse sistema normativo, que tem orientado internamente não apenas governos e empresas, mas direciona milhões de pessoas que não necessariamente possuem consciência disso (DARDOT; LAVAL,

PROMOÇÃO



APOIO

2016), colocando a pobreza na conta da inefetividade do capital humano dos países periféricos (SIQUEIRA, 2011) ou na conduta inadequada do homem empresarial (DARDOT; LAVAL, 2016). Ignorando, assim, que

a pobreza contemporânea é uma manifestação da questão social, portanto, resultante da relação de exploração entre capital e trabalho inerente ao modo de produção capitalista, portanto não se trata de um problema de mercado mediante mecanismos extra-econômicos (SIQUEIRA, 2011, p. 223)

Por essa razão, disserta-se, aqui, que, a partir de elementos teóricos que fundamentam a produção simultânea de diferentes graus de pobreza e de riqueza na sociedade capitalista, a pobreza não é nova e, sim, estrutural. Mesmo que presente, na atualidade, novas formas de se manifestar ou novos sujeitos empobrecidos e miseráveis (SIQUEIRA, 2011).

2 A REITERADA PRODUÇÃO CAPITALISTA DE RIQUEZA E POBREZA:

Sabe-se que a pobreza não é uma exclusividade do capital. O ineditismo presente na forma como a pobreza se expressa sob a lógica do sistema capitalista reside no fato de que se trata da generalização de uma nova dinâmica de empobrecimento no desenvolvimento dessa sociedade. Conforme assegura Netto (2001), o aprofundamento da desigualdade entre ricos e pobres, longe de ser uma novidade na história humana, nesse modo de produção, se difere dos seus antecessores justamente porque engendra uma pobreza que cresce em razão direta da capacidade produtiva de riqueza. Isto é,

tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente (NETTO, 2001, p. 42).

Trata-se, por conseguinte, do surgimento de uma pobreza não mais relacionada a problemas de escassez com determinações dadas por níveis baixos

PROMOÇÃO



APOIO





de desenvolvimento das forças produtivas (NETTO, 2001), mas ao seu completo oposto. Siqueira (2011) frisa a importância analisar pobreza e riqueza como uma unidade contraditória, pois são dois elementos impossíveis de serem examinados separadamente no contexto do capital. Visto que, para a autora, a contradição é uma categoria essencial para o estudo sob a ótica marxista. Dessa forma, conforme afirma Pastorini (2007, p. 4), faz-se necessário conceber a pobreza “como resultado de um processo histórico e não como um dado da natureza, portanto não pode ser compreendida desvinculada das relações sociais e esvaziada de historicidade”. Considerando-se, assim, que “pobreza não é um aspecto marginal, ou um problema colateral do desenvolvimento capitalista, mas representa um momento central e fundante da acumulação” (SIQUEIRA, 2011, p. 211).

Em continuidade, refere-se que os estudos marxianos revelam como o modo de produção capitalista expande a capacidade produtiva da humanidade sob uma lógica de acumulação privada por uma classe dominante, que, necessariamente, explora o trabalho coletivo, retendo uma parcela excedente do valor produzido pela classe trabalhadora (trabalho não pago), pagando-lhe, em forma de salário, somente o valor respectivo ao tempo de trabalho socialmente necessário para sua reprodução. Inobstante, dada a composição orgânica do capital, que incorpora continuamente novas tecnologias e conseqüentemente reduz sua necessidade de trabalho vivo, produz, ainda, uma massiva população supérflua de trabalhadores, que parte dela pode ou não ser eventualmente absorvida pelo mercado (ou por demandas da informalidade), mas que essencialmente funciona como um mecanismo de constante de desvalorização da força de trabalho e de arrefecimento da luta de classes. Esse exército industrial de reserva demonstra como o capital atrai e repele os trabalhadores do circuito produtivo (e da circulação), a depender de suas necessidades (MARX, 2008). Dessa forma, ocorre que “no capital, a população cresce mais rapidamente do que os meios de produção para empregá-los” (SIQUEIRA, 2011, p. 218). Fator determinante que engendra a pauperização, seja na sua forma absoluta ou relativa, onde o trabalhador, expulso permanente ou

PROMOÇÃO



APOIO



temporariamente do mercado, se encontra impossibilitado de vender sua força de trabalho e, portanto, trocá-la por um salário, obstaculizando sua reprodução social.

Nesse sentido, assevera-se que

o capitalismo é um sistema econômico, mas também uma relação social. Por outras palavras, é um sistema que funciona em benefício de um estrato social. Corrigir o seu funcionamento atual implica modificar os seus mecanismos estritamente econômicos, mas também, em última análise, atacar os privilégios das classes dominantes (HUSSON, 2020, p. 14).

As relações sociais advindas do capitalismo são, portanto, protagonizadas por duas classes antagônicas, que expressam a contradição entre capital e trabalho: a classe burguesa e a classe trabalhadora. Entre as quais existe uma correlação de forças sociais que é efetivamente determinante para as condições de vida dos explorados. Os desdobramentos sociopolíticos decorrentes disso evidenciam o poder de barganha que existe nas classes dominadas, que ao se colocarem em cena como sujeitos políticos colocam na ordem do dia do capital o enfrentamento sistemático do complexo problemático de mazelas sociais engendrados necessária e compulsoriamente pela lei geral de acumulação: a questão social (NETTO, 2012).

Apesar da questão social, compreendida como tal, datar a segunda metade do século XIX, Barbosa (2018) assevera que é com a agressividade do desenvolvimento capitalista, sob a lógica destrutiva da dinâmica atual de mundialização financeirizada e da intensificação do projeto neoliberal, que as manifestações da questão social acentuam-se em escala global. Afinal, com o reordenamento do capital em seu estágio monopolista e o despontar da crise estrutural na sua história recente, as resultantes têm sido a elevação de formas regressivas de sociabilidade ante ao abalo sociometabólico desse regime, incidindo diretamente sobre as mazelas sociais na cena contemporânea (BARBOSA, 2018).

Vale destacar, também, que, segundo Netto (2012), a questão social é convenientemente apreendida pelo pensamento conservador como problemáticas autonomizadas, expressas na desigualdade econômica e social, desemprego, fome, miséria, penúria, desproteção na velhice e deficiência etc., completamente

PROMOÇÃO



APOIO

descoladas da totalidade social. De forma que, naturalizam-se essas manifestações enquanto “características inalienáveis de toda e qualquer ordem social, que podem, no máximo ser objeto de uma intervenção política limitada” (NETTO, 2012, p. 204). O autor ainda referenda que esse enfrentamento se dá através de programas de reformas que visam a preservação da propriedade privada dos meios de produção, sem arriscar de nenhuma maneira os fundamentos econômicos e sociais da ordem burguesa. Em suma, “um reformismo para conservar” (NETTO, 2012, p. 205).

Tendo isso em vista, Siqueira (2011, p. 212) afirma que “a maior riqueza produzida na sociedade comandada pelo capital não gera sua maior distribuição, mas sua acumulação”. De modo que a autora reforça que o desemprego é um processo estrutural no capitalismo, uma tendência que advém da sua composição orgânica, e, portanto, tendencial. O que refuta categoricamente as colocações do desemprego (e subemprego), e, portanto, do pauperismo, no âmbito da subjetividade e carências pessoais (SIQUEIRA, 2011). Destaca-se, ainda com base em Siqueira (2011), que diante da atual configuração do capital, de crise, sob a hegemonia financeira e de reestruturação neoliberal, o processo de pauperização dos estratos sociais subalternizados também tem crescido entre os trabalhadores assalariados, que diante da intensa precarização das condições de trabalho, de rebaixamento de salário, de índices inflacionários elevados e subtração de direitos sociais e trabalhistas, encontram-se em condições de carências de necessidades básicas, quiçá em níveis menores do que o considerável para a subsistência humana. Afinal,

o Brasil, no contexto do capitalismo mundial, destaca-se, entre outras características, por uma superexploração da força de trabalho que se “naturalizou” como condição para sua inserção subordinada nas engrenagens do capitalismo monopolista de corte imperialista (SANTOS, 2010, p. 140).

Segundo Netto (2012), ainda que a questão social possua determinações semelhantes no interior do sistema capitalista planetarizado, as diferenciadas históricas-culturais nacionais devem ser consideradas e examinadas para a devida compreensão das suas particularidades. Ainda que não seja possível desenvolver,

PROMOÇÃO



APOIO

no escopo deste texto, a diversidade de particularidades que a questão social possui no Brasil, destaca-se a perspectiva de Santos (2010), ao asseverar que, no Brasil, o desemprego aparece como uma das manifestações — apesar de não ser a única — que coloca a questão social em grande evidência, enquanto expressão direta da constituição do capitalismo nacional. Ainda que isso tenha múltiplas determinações, pode-se assinalar o desenvolvimento desigual e combinado na formação social do país em relação aos países cêntricos. Isto é, que seguiu na direção de “manutenção de características que vão se refuncionalizando ao invés de serem superadas pelo processo de modernização capitalista” (SANTOS, 2010, p. 131). Como o latifúndio, que possibilitou o modelo agro-exportador e, por conseguinte, entre outros fatores, uma produção de baixo custo, seja de meios de produção, seja de força de trabalho.

Santos (2010), porém, assegura que mesmo após o processo de industrialização nacional, com a introdução da indústria pesada, não houve nenhuma mudança significativa na estrutura fundiária. E mesmo o setor industrial mais tecnológico apresentou debilidade e atraso no seu processo de modernização, até em virtude do protecionismo ao acesso tecnológico por parte dos países de capitalismo central, de modo a não permitir “qualquer eversão do lugar ocupado Brasil na divisão internacional do trabalho” (SANTOS, 2011, p. 134). Ademais, o processo de industrialização herdou, do período ditatorial, características que influenciam até os tempos atuais o mercado de trabalho, sendo elas um alto grau de flexibilidade estrutural e de precariedade das ocupações. Além disso, refere-se, também, como aspecto herdado do momento histórico de 1964, que atravessou os anos 1990, e persiste hodiernamente, a alta rotatividade no uso da mão-de-obra e a frágil (e precarizada) legislação que rege o trabalho no país (SANTOS, 2010).

Não obstante, Santos (2010) observa que outro fator que contribuiu em grande medida para a conformação da realidade socioeconômica brasileira foi o traço passivo da revolução, extremamente excludente das forças populares nos setores decisórios políticos. Para a autora, essa fragilidade de acesso das classes

PROMOÇÃO



APOIO



subalternas aos mecanismos democráticos torna clara a ausência popular no direcionamento da vida social, o que tem grande peso no padrão civilizacional estabelecido, a partir da correlação de forças sociais. E possibilita ao capital controlar a abrangência e o alcance das demandas sociais exigidas através da luta de classes (SANTOS, 2010). O que explicita o processo inconcluso de implementação da Constituição de 1988, subsumida quase que integralmente pelo projeto neoliberal, e a intensificação da subtração de direitos sociais e trabalhistas operacionalizados na histórica recente do país. Isso nos leva a mencionar um aparato de suma relevância para esse debate, o Estado. Pois, a partir do

fortalecimento do Estado foi se gestando em substituição ao que classicamente caberia à burguesia protagonizar. Com isso o espaço público foi sendo historicamente “privatizado”, já que os interesses burgueses no Brasil nunca chegaram a se instituir como expressão de “interesses universais”. Sobretudo, foi apoiando-se na força que emana do Estado que as classes dominantes forjaram as estruturas especificamente capitalistas, do ponto de vista das relações de produção (SANTOS, 2010, p. 137).

Nessa direção, enquanto agente supostamente autônomo das classes sociais, o Estado desempenha seu papel de gestor econômico que unifica os diferentes interesses sociais e econômicos, operacionalizando e viabilizando os projetos societários dominantes como políticas de Estado, travestidos de bem-comum, mas com o objetivo final de manutenção da ordem social vigente, e, portanto, de garantir a reprodução ampliada do capital (SANTOS, 2010).

Destarte, na cena contemporânea brasileira, é possível observar uma curva ascendente dos índices de pobreza. Apesar disso se dar em um contexto multifatorial, que envolve a deflagração da crise do capital e um período de ultra-acirramento neoliberal e de ascensão da extrema-direita, também é importante considerar a crise sanitária que se deu com a pandemia do novo coronavírus. Husson (2020) refere que um dos efeitos da crise sanitária somada à crise capitalista foi o desvelamento de que não há o mínimo de correspondência entre os salários pagos e a utilidade social dos trabalhadores que se mostraram essenciais no período. Os quais, impossibilitados de adotarem as medidas de *lockdown*,

PROMOÇÃO



APOIO



tiveram seu padrão de vida cada vez mais aviltado. Sujeitos esses que, mesmo empregados, a partir da precarização do trabalho e salários ínfimos, subsistiram diante de uma cena cada vez mais pauperizada. Inobstante, revelou, ainda, a sanha capitalista por lucro, onde empregadores se mostraram majoritariamente contrários ao confinamento, dispostos a expor os trabalhadores ao risco de contágio.

Conseqüentemente, destaca-se a análise marxiana do fetichismo da mercadoria, referenciada por Husson (2020), ressaltando como as relações sociais estabelecidas na sociedade do capital tornam-se relações esvaziadas, entre coisas. Quando, na verdade, a cena pandêmica mostrou que “o trabalho de mulheres e homens que é a verdadeira força motriz da vida social” (HUSSON, 2020, p. 16). Sendo esse o mesmo trabalho transformado pelo capitalismo em trabalho abstrato e indiferenciado, formal e realmente subsumido, superexplorado e constantemente desvalorizado, desregulamentado e precarizado, que, nesse sistema produtivo, demarca a linha tênue que diferencia a possibilidade de reprodução autônoma dos sujeitos (em maior ou menor grau) ou sua dependência de políticas sociais e formas caritativas de ajuda. Isso ante à realidade do desemprego estrutural e do consequente aprofundamento das manifestações da questão social, sobretudo da pobreza, na realidade brasileira, ainda mais agudizada pelo contexto pandêmico associado à crise do capital. Fato esse que se soma ao rol de assertivas aqui explicitadas que assinalam a reiterada e necessária produção capitalista de riqueza e pobreza, ambas em larguíssima escala.

3 EMPOBRECIMENTO E PANDEMIA NO BRASIL:

Conforme referendado, a pobreza é uma das manifestações da questão social, que, por sua vez, está imbricada ao surgimento e ao desenvolvimento da sociedade capitalista. De forma que, mazelas sociais são conseqüências insuprimíveis desse modo de produção, podendo apresentar-se de maneiras distintas, mesmo diante do capitalismo planetarizado, a depender de fatores

PROMOÇÃO



APOIO



particulares, como contexto histórico, cultural, territorial, econômico etc. No Brasil a pobreza aparece como uma das expressões mais evidentes da questão social, tendo como de suas particularidades o desemprego e o subemprego relacionando-se diretamente ao pauperismo populacional. Embora os programas de transferência de renda, mesmo que insuficientemente, contribuam para que o cenário de pobreza no país seja minimamente mitigado, foi possível observar o crescimento de segmentos empobrecidos no período recente, como mencionado.

Isso pode ser atribuído, em partes, à cena pandêmica da COVID-19. Mas não porque deflagrou uma crise no sistema capitalista, já que, na verdade, aprofundou a crise econômica, política e social que já estava em curso no território nacional. E a resposta dada, mesmo antes da instauração da pandemia, vinha sendo um pacote austero e de subtração de direitos sociais e trabalhistas. O vírus, conforme sinalizou Husson (2020), não atacou um corpo saudável, mas um sistema que continuou a reproduzir os mesmos infortúnios que o levou à crises anteriores. Porém, ainda de acordo com o autor, o entrelaçamento de uma crise econômica com uma crise sanitária, em escala global, aponta para consequências sem precedentes. O aumento do empobrecimento populacional é, pois, apenas mais uma trágica expressão de um contexto maior e nefasto, que atinge desigualmente países e classes sociais, mas que a prioridade é sempre a manutenção do lucro empresarial.

Nessa direção, refere-se que, no último decênio, a pobreza no Brasil nunca esteve tão alta quanto no presente momento, com 29,6% da população brasileira vivendo na pobreza, com renda domiciliar *per capita* mensal de 497 reais (NERI, 2022a). O que não torna surpreendente o dramático retorno do país ao Mapa da Fome da ONU, considerando praticamente o mesmo período. Afinal, a insegurança alimentar denota, nesses termos, percentuais bastante superiores, com o aumento de quase 20% em relação a 2014, quando o país finalmente saiu da lista mundial. É certo que ambos os aumentos tiveram relação direta com a pandemia, pois mesmo que, no Brasil, o *lockdown* nunca tenha ocorrido em pé de igualdade entre as camadas sociais, a economia foi duramente afetada (mesmo que em maior ou

PROMOÇÃO



APOIO



menor grau, dependendo do setor) — ainda que o Estado prontamente tenha criado medidas mitigadoras e injetado recursos públicos em diversos segmentos privados. O que é equivocado considerar, porém, é a possibilidade, ainda que remota, do surgimento de uma nova pobreza, ou nova questão social, em decorrência disso.

Logo, assevera-se que, apesar do sociometabolismo do sistema capitalista criar obstáculos sistêmicos para sua autorreprodução, inclusive engendrando mecanismos autodestrutivos (MÉSZÁROS, 2002), tais desdobramentos não originam, de forma alguma, uma nova questão social. Pois, “o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’ e diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social” (NETTO, 2001, p. 45). Tal assertiva muito se difere das afirmações de alguns pesquisadores da temática, como Pierre Rosanvallon e Robert Castel, que compreendem a insurgência de uma nova questão social no painel contemporâneo.

Netto (2012), porém, afirma que tal ideia está circunscrita à instauração das primeiras políticas sociais, no contexto do pós-segunda guerra mundial, diante da necessidade de reconstrução de parte da Europa. Dessa forma, o período conhecido como os 30 Anos Gloriosos para o sistema capitalista permitiu ao capital experimentar uma fase de amplo crescimento econômico, mesmo tendo de lidar com crises cíclicas — isso nos países centrais, pois os periféricos seguiram tendo as mazelas sociais aprofundadas pela dinâmica econômica do capital.

Por essa ótica, tem-se a ideia de que a “velha” questão social ficou para os países da periferia e nos países centrais houve uma supressão real do complexo de problemas sociais intrínsecos ao sistema. Tal equívoco pode ser refutado a partir de Netto (2012, p. 2012), ao afirmar que “a ‘questão social’ é constitutiva do capitalismo: não se suprime aquela se este se conservar”. O que significa inferir que independente das possibilidades de melhoria nas condições objetivas de vida da classe trabalhadora, seja por maior necessidade de absorção de força de trabalho pelo mercado, de fomento nos salários ou através de políticas sociais, a questão social é ineliminável nessa ordem social. Se por um lado, o Estado de bem-estar

PROMOÇÃO



APOIO

social foi uma realidade nos países cêntricos, sobretudo na Europa nórdica, é inegável a continuidade e o aprofundamento do pauperismo no mundo, sobretudo ante à exploração e à expropriação dos trabalhadores e dos seus recursos naturais.

Esse cenário de bem-aventurança capitalista, porém, não durou mais do que poucas décadas, uma vez que os sinais de esgotamento da onda longa expansiva, examinada por Mandel (1983), evidenciaram-se. Os vinte anos de crescimento econômicos iniciados nos anos 1960 foram esmaecendo, cedendo espaço para o projeto neoliberal e sua agenda de ataques aos direitos sociais e trabalhistas. Tal ofensiva se deu inicialmente no âmbito político contra os movimentos operários, como os exemplos de Margareth Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos Estados Unidos da América. E seguiu-se de ataques nos planos econômico e ideológico (NETTO, 2012). Isto é, com a restauração do capital, apontada por Netto (2012) como o conjunto globalização/neoliberalismo, que não apenas demonstrou ausência total de compromisso e responsabilidade social, mas também seguiu no sentido de orquestrar a erosão dos fundamentos do Estado de bem-estar social. E, em decorrência disso, restituiu manifestações da questão social menos agudas e com menor evidência devido ao sistema de proteção social criado, ademais de possibilitar o surgimento de novas mazelas sociais e o aprofundamento das já existentes. O que, de acordo com Netto (2012), foi o que trouxe à tona a ideia da suposta descoberta da nova pobreza ou nova questão social. Para o autor, porém, trata-se de uma anemia teórico-analítica, por não possuir determinações que possam fundamentá-la e que sejam capazes de se sustentar diante das análises marxistas, que compreendem tais mazelas como inerentes e contínuas. Isto é,

inexiste qualquer nova “questão social”. O que se deve investigar, para além da permanência de manifestações “tradicionais” da “questão social”, é a emergência de novas expressões da “questão social” que, na minha ótica, é insuprimível sem a supressão da ordem do capital. A dinâmica societária específica desta ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente; como já sugeri, a cada novo estágio do seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-políticas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser (NETTO, 2012, p. 208).

PROMOÇÃO



APOIO



Desse modo, reitera-se que se faz necessário considerar a dinâmica da lei geral de acumulação, revelada por Marx, que segue estruturante e criadora de contradições e desigualdades nessa ordem social, mesmo com todas as diferenciações culturais, geográficas, políticas e históricas. Para Netto (2012), os fundamentos capitalistas não foram alterados, mas recolocados em novos patamares dado o seu desenvolvimento (NETTO, 2012). Logo, também a questão social continua a mesma, originada na sociedade mercantil. Porém, com manifestações que podem ser ora mais ou menos evidentes, a depender do contexto histórico, com a possibilidade de novas expressões, sim, mas jamais uma nova questão social. Pois, considerar a pobreza na atualidade como “nova” coloca essa sequela isolada do contexto mais amplo e intrínseco do sistema capitalista. A análise se torna equivocada e desconectada da totalidade social, propiciando uma visão autonomizada e naturalizada das mazelas sociais que são inerentes a esse *modus operandi*. O que contribui para fomentar ideias e estratégias de alívio à pobreza, que, para Siqueira (2011, p. 222), são apenas um “placebo para o irremediável”, mas que o projeto neoliberal sabe aperfeiçoar e perpetrar.

Então, diante da cena atual, concorda-se com Husson (2020) ao afirmar que o regresso das políticas neoliberais não será coordenado e estará articulado a uma série de reações em cadeia na condução de novas formas de recessão. O que, por sua vez, soma-se ao rol de elementos sistêmicos do capital que produzem necessariamente as manifestações da questão social, destacando-se a pobreza e a miserabilidade populacional, especialmente nos países periféricos, como uma das mais evidentes e mais propícias à agudização. Exemplo disso é o fato do número de novos pobres no Brasil (9,6 milhões), pessoas que vivem com 5,50 dólares por dia, equivaler a quase o número total de habitantes de Portugal (10,33 milhões), segundo o Mapa da Nova Pobreza (2022).

Por fim, reitera-se que “por ser inerente e fundamental à sociedade capitalista, a pobreza é ineliminável” (SIQUEIRA, 2011, p. 222).

PROMOÇÃO



APOIO

4 CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, refere-se que pobreza não se trata de uma característica “residual, transitória do capitalismo, é estrutural e resultado do seu próprio desenvolvimento” (SIQUEIRA, 2011, p. 212). Tampouco se trata apenas de “números, percentagens, índices, indicadores, frequências, tipos de hábitos e costumes” (PASTORINI, 2007). A pobreza, portanto, trata-se da ausência de possibilidades concretas de acesso à alimentação, moradia, bens e serviços essenciais para a reprodução cotidiana de homens e mulheres, cujos meios de vida são constantemente expropriados. De modo que suas expressões podem ser evidenciadas de maneiras heterogêneas e em graus diversificados de complexidade, intensidade e gravidade, assumindo centralidade na atenção ao seu enfrentamento, no sentido de promover, em alguma medida, condições mínimas de reprodução aos sujeitos (SIQUEIRA, 2011).

Se, na atualidade, as condições de pobreza, já crônicas, da população brasileira tem se agravado exponencialmente, seja entre os desempregados, os subempregados e trabalhadores informais, sobretudo, em nada tem ligação com a possibilidade de uma nova pobreza. Mas está intimamente imbricada ao desenvolvimento do capitalismo em sua fase decadente. Mesmo que medidas de alívio à pobreza apareçam como um pauta central, como o Programa Auxílio Emergencial, que contribuiu para minimizar esses índices no país (NERI, 2022a),

as respostas dadas às manifestações desse fenômeno incidem pontual ou até mesmo de forma substantiva nas sequelas, nos males causados, mas não alteram sua condição elementar, não retira do pobre sua condição de pobre, empobrecido, ou melhor, explorado (SIQUEIRA, 2011, p. 270).

Por conseguinte, considera-se que o dramático cenário de agudização da pobreza no Brasil, subseqüente ao período pandêmico, apenas reforça a premissa de que “a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto” (MARX, 2008, p. 877)

PROMOÇÃO



APOIO



REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. N. C. Questão social, crise do capital e formação profissional: desafios ao Serviço Social na contemporaneidade. **Rev. Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 24, n. 2, p. 245-272, maio/ago., 2018. Disponível em:

<[Questão social, crise e formação profissional](#)> Acesso em: 15 nov. 2022

DARDOT, P. LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HUSSON, M. Capitalismo no fio da navalha. **Esquerda**. 29 de jun. 2020. Disponível: <[Capitalismo no fio da navalha](#)> Acesso em: 20 maio 2023.

NETTO, J. P. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Rev. Argumentum**, Vitória, v. 4, n. 1, jan-jun., 2012.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Rev. Temporalis**, n. 3, Ano II, jan-jun, Brasília, 2001.

MARX, K. **O Capital**. Coleção Marx-Engels. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MÉSZÁROS, K. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NERI, M. **Mapa da Nova Pobreza**. FGV Social: Rio de Janeiro, 2022a. Disponível: <[Mapa da Nova Pobreza](#)> Acesso em: 23 maio 2023

NERI, M. **Insegurança alimentar no Brasil**. FGV Social: Rio de Janeiro, 2022b. Disponível: <[Insegurança Alimentar no Brasil](#)> Acesso em: 23 de maio de 2023

SIQUEIRA, L. **Pobreza e serviço social**: diferentes concepções e compromissos políticos. 2011. 374 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, J. S. Particularidades da “Questão Social” no Brasil. **Rev. Temas e Matizes**, n. 17, vol. 9, jan-jun, Paraná: 2010, p. 125-150.

PASTORINI, A. O espetáculo da pobreza: máscara dos antagonismos das sociedades capitalistas. **III JOINPP**: São Luís - MA, 28 a 30 de agosto de 2007. <[O espetáculo da pobreza](#)> Acesso em: 23 maio 2023

PROMOÇÃO



APOIO